

# “Ideal seria a livre negociação”

Encaminhada a solução dos “três problemas estruturais” da economia brasileira — o da energia, o das exportações e o do abastecimento —, o governo, com o “pacote” econômico anunciado ontem, parte para corrigir os desajustes provocados por esses mesmos problemas, atacando o mais graves deles, a inflação produzida originalmente pelo déficit do setor público, segundo afirmou o ministro do Planejamento, Delfim Netto, em entrevistas que concedeu ontem a este jornal à TV Bandeirantes, à EBN, à rádio Jovem Pan e à TV Globo.

Delfim assinalou que o governo não está disposto a aplicar um tratamento de choque, incluída a desindexação, porque “seria incompatível com o processo de abertura política”. Também disse que “é preciso convencer a sociedade brasileira, em particular as áreas mais radicais, de que é preciso haver uma política salarial mais coerente”. O ideal, para um país em processo de abertura política, seria a livre negociação. “O mínimo a ser feito, defendeu Delfim, é “fixar os salários pela inflação futura, e não pela inflação passada”. A Lei nº 2.024 é o “mínimo mínimo”.

## CURTO PRAZO

“Acho é que é preciso que as pessoas compreendam que o Brasil tem dois tipos de problemas diferentes. Temos um problema de longo prazo, que é um problema de ajustar a nossa economia à situação em que o mundo se encontra, e um problema de curto prazo, ao qual se destina, realmente, este conjunto de medidas que está sendo posto em prática.”

“Agora”, disse, “do ponto de vista de longo prazo, o Brasil tem três problemas. O primeiro, era ajustar a sua economia à crise de energia, e eu acho que, desse ponto de vista, nós conseguimos um razoável sucesso. Nós importávamos por de 1 milhão de barris de petróleo por dia, em 1979. Estamos importando, hoje, menos do que 700 mil barris. Desenvolvemos todo um programa de álcool, graças ao qual foi possível manter uma indústria automobilística ativa, quando o mundo inteiro tinha uma redução dramática na sua indústria automobilística. Desenvolvemos um programa do carvão, que nos tem ajudado enormemente na substituição do óleo combustível. Começamos a utilizar o gás. Agora, começamos a utilizar energia elétrica em substituição ao petróleo. Nós produzimos em torno de 180 mil barris; estamos produzindo, hoje, 320 mil barris por dia. Vamos terminar o ano em torno de 400 mil barris por dia. No ano que vem, devemos terminar o ano em torno de 400 mil barris por dia.

**“RESOLVEMOS UM PROBLEMA”**

O Brasil, que importava 1 milhão de barris por dia, deverá importar, em 1985, entre 350 e 400 mil barris por dia. Isto significa que resolvemos um problema dos mais dramáticos e que, mesmo que o preço de petróleo venha, amanhã, a subir de novo, ele terá um efeito muito menor sobre a nossa economia”, disse Delfim.

O segundo problema, o da dívida externa, só será solucionado com a expansão das exportações, o que a maxidesvalorização de fevereiro está permitindo. “E hoje é claro para a maioria dos céticos que o Brasil vai conseguir um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial, coisa que parecia impossível há cinco meses. Isto significa

que”, Delfim lembrou que, como a Alemanha após a II Guerra, “eu poderia cancelar todos os depósitos, cancelar a dívida pública, distribuir Cr\$ 100 para cada pessoa e começar tudo de novo. Tudo isso é simples de propor”. E daria certo “nas mesmas condições de pressão e temperatura”. Porém, voltou a insistir que “estamos num quadro político de abertura que tem de ser respeitado”.

## FMI

As medidas do “pacote”, assegurou Delfim, não foram impostas pelo Fundo Monetário Internacional. O Fundo, segundo o ministro, não impõe nada; só aprova ou desaprova programas. “No tipo de arranjo que nós temos com o FMI, hoje, que é de facilidades estendidas, o próprio programa impõe um certo crescimento”, salientou.

Delfim reconheceu haver “dificuldades com o déficit, mas muito menores do que se fala por aí”, referindo-se à avaliação das contas externas, cujos números o FMI se recusou a aceitar. O ministro do Planejamento, entretanto, negou, veemente, que as contas nacionais não sejam “sérias”, quando lembrado das críticas de banqueiros internacionais nesse sentido.

## SUBSÍDIOS

“Ao lado desta redução das despesas do governo, prosseguiu, tomamos algumas medidas importantes no campo monetário, uma vez que o subsídio é um dos fatores mais importantes no déficit público.”

Delfim empenhou-se em explicar que o subsídio, geral, forçando o governo ou a vender títulos da dívida pública, e assim aumentando os juros, ou a emitir moeda, é “socialmente injusto”. Sobre o aumento da gasolina disse que “praticamente elimina a conta petróleo”, pois “a Petrobrás está operando hoje com preços internacionais, com a taxa de câmbio do dia”. Mas, no caso do trigo, “nós faremos a coisa um pouquinho maior. Iremos realizando isto com um pouco mais de cuidado”.

Seja qual for, para Delfim, “o subsídio é uma distribuição de renda extremamente danosa”.

## “É SIMPLES SER A FAVOR”

Quanto à desindexação da economia, Delfim comentou que “é simples ser a favor do que parece ser a solução, mas, quando você pensa no que significa, vê que não é tão simples; a desindexação é uma coisa muito complexa”. Ela seria uma solução “dramática” que implicaria “desmontar todo o sistema”. Como tese acadêmica “intelectualmente estimulan-

te” e “freqüentemente, o sujeito é atacado da ilusão de que pode chamar todo o mundo e dizer, agora, vocês vão me dar três ou quatro anos para pagar o que eu devo. Voltém em 1985. Se eu não estiver aqui, os bichos estão esperando vocês”.

“Nós estamos negocian- do nossa dívida todo dia”, insistiu Delfim.

que o segundo grande problema está sendo resolvido — e sendo resolvido de maneira definitiva.”

O problema do abastecimento interno, garante Delfim, está resolvido e, “a despeito de toda a crise do Nordeste e a despeito do problema que estamos tendo no Sul, a safra agrícola continuar a crescer e, neste ano, continuará a crescer inclusive com um excedente exportável”.

## EXPECTATIVA

Assim, o governo achou que era chegado o momento de atacar os desajustes internos, com o que o ministro fez questão sempre de se referir como “um conjunto de medidas harmônico”, que consiste num aumento da receita fiscal, concentrada sobre o setor financeiro, via antecipação do Imposto de Renda (taxação do “open”), e “algunas pequenas modificações na alíquota de rendimento de capital”; e, de outro lado, a redução dos gastos públicos, que permitirão reduzir o déficit do setor público, que Delfim calcula, hoje, em 5,8% do produto nacional, pela metade “ou pouco mais da metade”.

“Isto porque, realmente o déficit público é a principal causa da inflação brasileira. O déficit público é que empurra, realmente, a taxa de juros. O déficit público é que produz, originalmente, este processo de elevação de preços, que depois é estimulado e aciona-